

A tangente do óbvio

ROBERTO GUIMARÃES BOCLIN

Vivemos o final do século e antecipam-se mudanças transcendentes nas relações entre o capital e o trabalho e na formação de um novo perfil qualitativo do mercado industrial de empregos.

Previsões fundamentadas no desenvolvimento vertiginoso das relações entre a ciência e a tecnologia apontam para o esgotamento do modelo energético intensivo que pautou o desenvolvimento industrial deste século e favoreceu os modelos de organização do trabalho e da produção, fortemente influenciados por um processo de racionalização e parcelamento dos conhecimentos e das habilidades manuais em benefício de uma produção em massa, repetitiva e de baixos níveis de qualificação da mão-de-obra.

A microeletrônica, a informática, as telecomunicações, a mundialização da economia transformam os valores intrínsecos do processo de produção e passam a demandar resultados sempre referenciados à elevada qualidade dos produtos, à flexibilização do processo produtivo e a valores que determinam novas formas de organização do trabalho, conjugadas com pré-requisitos de polivalência da mão-de-obra, sua qualificação múltipla e potencialidades de assimilação de inovações, participação em todas as etapas do processo produtivo, reduzindo as distâncias entre a concepção, projeto e execução da obra.

A mão-de-obra deixa de ser custo e passa a ser considerada como recurso e, sua formação, um investimento.

Na intercessão dos planos econômicos e sociais a visão de uma realidade triste com a esperança latente e a presunção vaidosa de que sejamos capazes de transformá-la um dia. A educação brasileira!

Caótico e ineficiente, o sistema educacional do nosso país desagrou-se, não correspondendo em nenhum dos seus níveis aos padrões de desempenho desejáveis.

Nesse quadro desrespeitoso, motivo de pungentes denúncias ao longo dos últimos 20 anos, destacam-se a perda de direito ao exercício da cidadania de numerosa parcela da nossa população e uma sociedade que retrata injustiça, desintegração e conflito.

É, pois, urgente que se adquira a consciência do papel da educação e que se reverta esse quadro que nos deprime e envergonha.

A universalização da educação básica emerge como prioridade absoluta, competência dos estados e municípios estimulada e apoiada pelo Governo federal.

Nesse sentido, a única via adequada que poderá oferecer resultados aceitáveis está inserida na municipalização do ensino de primeira a quarta séries, pelo menos, o que incorporaria requisitos da modernida-

de como descentralização, flexibilização e qualidade.

É preciso que não seja um casuismo político, mas um processo sistêmico, fundamentado em modernos princípios de gestão que garantam recursos, supervisão, acompanhamento e avaliação. A informatização das ações federal, estadual e municipal em assuntos de educação básica é outra constatação que superaria a burocracia ineficiente com sinais claros de envelhecimento.

A participação da comunidade nos Conselhos Municipais de Educação e no apoio à ação das escolas por meio de comissões comunitárias, outra iniciativa que merece ser efetivada de imediato, tendo em conta que as peculiaridades regionais são parte do processo de ajustamento educacional em caráter permanente e continuado.

O aperfeiçoamento do livro didático e das metodologias de ensino deve ser encarado como uma ação que conte com a participação da escola, executora do processo e a ele integrada em todas as suas etapas.

“A universidade, além de humanista, deve ser o pólo de difusão dos avanços da ciência, ”

O magistério, desmotivado e despreparado para o exercício pleno de sua missão superior, de construtor de uma sociedade justa e solidária, merece mais cuidados. Os critérios para a sua remuneração, associados a padrões de desempenho, precisam ser reformulados oferecendo-se alternativas que recuperem o prestígio e a importância da missão docente e que a ele sejam oferecidas condições mínimas que resgatem o seu orgulho profissional e despertem um novo círculo de vocações adormecidas.

Um abrangente programa de aperfeiçoamento de professores deve ser encetado, aproveitando-se os recursos de educação a distância e das tecnologias modernas como a televisão e a informática, superando deficiências intrínsecas e estruturais que condenaram o magistério à posição em que se encontra e contribuindo, decisivamente, para a melhoria da qualidade de ensino.

O ensino público de Segundo Grau a que tem acesso, lamentavelmente, apenas uma pequena parcela da população que a todo custo ultrapassou as barreiras do ensino básico e, em farrapos, superando deficiências, alcançou esse patamar, tem, sem dúvida, uma vocação implícita, qual seja a de preparador de força de trabalho, oferecendo aos jovens as condi-

ções para que se habilitem à obtenção de um emprego.

Não se trata de algo como se imaginou com a Lei 5.692, tornando a profissionalização obrigatória, mas, como ela própria previa, do estabelecimento de diretrizes que favoreçam a intercomplementaridade com as escolas especializadas, com empresas e de parcerias que viabilizem a criação de espaços profissionalizantes no ensino de Segundo Grau. Este entendimento é que precisa ser buscado e perseguido, com urgência.

Não é tarefa impossível mas é preciso que se tomem as medidas que permitam a redistribuição de recursos, mesmo quando escassos, na direção de um amplo sistema convencido que se beneficie das disponibilidades existentes com iniciativa, criatividade e eficiência.

O ensino superior é matéria que envolve reflexões complexas e que conta com correntes de posicionamentos claros e conflitantes.

Atrevo-me a procurar examiná-las sob uma visão conceitual menos fundamentada, fruto de observações mais especulativas do que decorrentes de pesquisas ou de experiências consolidadas.

Questões como o crédito educativo associado a avaliações qualitativas de desempenho, redução da ociosidade, aumento das oportunidades nas universidades já instaladas, revisão do sistema de acesso ao ensino superior, estímulos à produção acadêmica e restrições à expansão das unidades isoladas são alguns aspectos que necessitam ser examinados com critério e profundidade.

Um modelo de avaliação qualitativa permanente das universidades brasileiras, que favoreça a definição apropriada para os investimentos, é outra medida que se apresenta emergente.

Por outro lado, em consonância com a sua filosofia acadêmica e com a importância do seu papel no desenvolvimento brasileiro, a universidade, além de humanista, deve ser o pólo de difusão dos avanços da ciência e a passarela entre esta e a tecnologia, promovendo a pesquisa científica e a pesquisa aplicada, que favorecerão o progresso e a competitividade da empresa brasileira.

São todos comentários que transgredem o óbvio e que reúnem o consenso dos educadores, estes que apresento com pouca precisão e sem desejar que se constituam numa avaliação mais objetiva do quadro educacional brasileiro, mas que os faço com o propósito provocador de uma discussão ética que se proponha a registrar a indicação de novos rumos para a principal questão social brasileira.

Certamente, o Ministério da Educação e do Desporto, peça competência de seus atuais integrantes, encontrará as soluções que recolocarão a educação brasileira no lugar de destaque que a sociedade anseia e merece.

Roberto Guimarães Boclin é diretor do Senai do Estado do Rio de Janeiro.